

Desiguais desde a chegada, mas a distância aumenta: a ampliação das desigualdades sociais numa área de fronteira na amazônia brasileira

Dias Claudino | Pocard-Chapuis | Ferreira Darnet | Gehlen*

RESUMO: Nesse texto analisamos alguns elementos que reproduzem e/ou aumentam as desigualdades socioeconômicas no rural, resultantes do modelo de ocupação da Amazônia. O texto se funda no estudo realizado a partir de entrevistas e observação junto a famílias que migraram para uma região de fronteira agrícola na Amazônia brasileira a partir dos anos 1970. Com base na bibliografia, em entrevistas e observação direta, analisa-se as diferentes condições materiais disponíveis e as possibilidades de acesso a determinados serviços públicos, aos mercados e acesso às rendas, identificando aspectos e indicadores geradores e potencializadores de desigualdades socioeconômicas entre as famílias migrantes. Constatou-se que o acesso às prerrogativas está condicionado a um conjunto de provimentos nem sempre disponíveis às famílias. As que já possuíam melhores condições de vida, tendem a ter mais chances no provimento ou no acesso aos bens e serviços disponibilizados.

Palavras-chave: Colonização e Desigualdade Social – Provimentos e Chances de acesso – Colonização e pecuária familiar na Amazônia – São Félix do Xingu.

ABSTRACT: In this text we analyze some elements that reproduce and/or increase socioeconomic inequalities in rural areas, resulting from the occupation of the Amazon model. The text is based on the study conducted from interviews and observation along the families who migrated to a region of agricultural frontier in the Brazilian Amazon from the years 1970. Based on bibliography, in interviews and direct observation, analyse the different material conditions available and the possibilities of access to certain public services, markets and access to revenues, identifying aspects and indicators and socioeconomic inequalities enhancers generators among migrant families. It was noted that access to prerogatives is conditioned to a set of provisions are not always available to families. Those that already had better living conditions, tend to have more chances in the provision or in the access to goods and services provided.

Keywords: Colonization and Social Inequality – Provisiones and Chances of access – Colonization and Family livestock in the Amazon – São Félix do Xingu.

Introdução¹

Esse artigo trata de desigualdades socioeconômicas e de infraestruturas existentes entre agricultores e pecuaristas familiares situados na microrregião de São Félix do Xingu, na Amazônia brasileira. Caracterizamos as diferentes condições materiais disponíveis e as possibilidades de acesso a determinados serviços pú-

blicos, aos mercados e à renda, identificando elementos que geram ou potencializam as desigualdades entre as famílias. A ideia fundamental é, a partir desse estudo, problematizar os mecanismos complexos que, em situações de fronteira agrícola, geram ou ampliam as situações de desigualdades. Se por um lado as fronteiras, que são as frentes de expansão nacional, podem proporcionar oportunidades de ascensão e redução das desigualdades para alguns (Hurtienne, 1999; Emmi, 1999), por outro lado, pretendemos discutir os elementos que podem aumentar as desigualdades pré-existentes e gerar novas formas e hierarquias de poder, uma vez que os mecanismos e as possibilidades de acesso aos bens, serviços e redes de interação podem servir como procedimentos de seleção. Enquanto alguns são beneficiados pelas condições materiais, especialmente aqueles que já se encontravam em melhores condições ao migrar, outros são excluídos da participação, levando à rápida ascensão social de alguns em detrimento de outros.

Quando falamos em fronteira, referimo-nos à frente de expansão nacional em territórios que eram/são ocupados por populações tradicionais, indígenas, entre outros, e, em geral, aparecem em discursos políticos como “espaços vazios”, que precisam ser ocupados para desenvolverem-se –“terra sem homens, para homens sem terra”–. De uma forma geral, foi e é marcante nas regiões de fronteira na Amazônia, inclusive nossa área de estudos, as situações de fortes conflitos, em geral muito violentos. Martins (2006: 10) destaca que as fronteiras de ocupação se configuram como “cenário[s] de intolerância, ambição e morte. É, também, lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura”. Para Philippe Léna (1988: 92), trata-se de um lugar contraditório, onde os conflitos e as linhas de rupturas da sociedade aparecem de formas mais evidentes; pode ser também o “lugar da liberdade, do acaso (logo, da sorte), (...), onde o espaço, os recursos que supõe existir e as possibilidades de promoção social são percebidas de maneira irrealistas, magnificas”, por cada um dos migrantes, que alimenta a esperança de dar partida ou acelerar um processo de acumulação.

Para a realização dessas discussões, fundamentadas em experiência de campo, foi importante considerar a articulação e interdependência entre alguns autores que trabalham o tema das desigualdades, incluindo Ralf Dahrendorf (1992), Amartya Sen (2000) e Luis Reygadas (2004). O primeiro desses autores desenvolve suas ideias em torno das noções de “provimentos” e “prerrogativas”. As prerrogativas são as possibilidades legais que dão às pessoas o direito de reivindicar pelas coisas, se constituindo na capacidade das pessoas em controlar determinados aspectos da vida por meio de mecanismos legais de acessos socialmente definidos, estando sempre associados aos direitos em cada sociedade; os provimentos, são as possibilidades materiais e imateriais que podem ser efetivadas a partir das prerrogativas. Para Dahrendorf, é importante considerar tanto o que foi efetivamente utilizado como a disponibilidade de opções que se tinha, podendo variar tanto em qualidade quanto em quantidade ou diversidade. Assim, o autor considera que as “chances de vida” nunca são igualmente distribuídas em nenhuma sociedade, não havendo nenhum lugar onde as pessoas tenham as mesmas “prerrogativas” e gozem igualmente dos mesmos “provimentos” (Silva, Assis, Gehlen, 2013).

Essas ideias se aproximam bastante daquelas elaboradas por Amartya Sen (2000), quando discute sobre desigualdades, desenvolvimento e liberdade. Com uma abor-

dagem multidimensional, indo além dos indicadores quantitativos de crescimento econômico, Sen (2000) propõem observar as situações sociais que os indivíduos são expostos e quais as suas possibilidades reais de tomar decisões², utilizando como conceitos fundamentais: “funcionamentos”, “capacidades” e “intitamentos”. “Funcionamentos” são as coisas que a pessoa valoriza ter ou fazer, seja algo como ter saúde, até atividades ou estados mais complexos, como participar na vida em comunidade. “Capacidades” são as combinações alternativas de funcionamentos que são factíveis de execução pela pessoa, ou, um tipo de liberdade na qual se pode levar a vida na sua própria razão de ser e de fazer, em meio a um conjunto amplo de possibilidades. “Intitamentos” são as condições éticas ou estruturais utilizadas para aumentar as possibilidades de acesso a determinados itens.

Tanto para Sen quanto para Dahrendorf, o desenvolvimento social e humano e a redução das desigualdades só se realizam se tanto as condições materiais como as condições legais em cada sociedade forem bem articuladas e estabelecidas. No lado das prerrogativas, acreditam serem fundamentais as intervenções e mediações políticas para que se estabeleçam direitos e redistribuição de bens para aqueles que são limitados em termos de provimentos, pois essa se constitui a forma de superação inicial das desigualdades estruturais. Sen (2000: 18) destaca que “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”.

O outro autor, Reygadas (2004), associa as desigualdades às formas de poder envolvendo distintas dimensões das relações sociais. O autor destaca que só se pode compreender as desigualdades quando se leva em conta, ao mesmo tempo, as capacidades individuais, as redes de relações concernidas e as restrições ou as possibilidades estruturais que afetam os indivíduos e grupos em questão. No nível individual, há fatores externos, que são aqueles que permitem extrair mais riquezas, como ferramentas, dinheiro, transporte, etc.; e os fatores internos, que são as capacidades de trabalho, os conhecimentos, a inteligência, a criatividade, etc. No entanto, para o autor, as análises que tomam por base apenas esses elementos mostram que as pessoas possuem capacidades diferentes, mas não permitem compreender como se construíram essas diferenças, nem as relações entre os agentes, e muito menos sobre o contexto social em que as mesmas operam. Assim, é importante conhecer as interações e as instituições que regulam a circulação e apropriação das riquezas sociais.

Avançando nessa problematização, Reygadas (2004) destaca que as desigualdades se reproduzem nas fronteiras que separam os diferentes grupos. Essas fronteiras podem ser físicas, legais ou simbólicas, sempre atuando na regulação de fluxos de pessoas, de conhecimentos, de mercadorias, de trabalho, etc. Apesar disso, sempre há graus de permeabilidade e porosidade nessas fronteiras, que servem como possíveis espaços para as mudanças. Dessa forma, o autor entende que “as interações dentro dos campos sociais incidem sobre as desigualdades. As capacidades individuais se entrelaçam com as regras, com os dispositivos de poder, com os processos culturais e *entramados* institucionais que organizam esses espaços” (Reygadas, 2006: 16). Vistos em uma perspectiva sincrônica e diacrônica, além de multidisciplinar e multidimensional, é pertinente considerar que, aqueles grupos expostos às situações de privações, em detrimento aos demais, terão suas

capacidades reduzidas, tornando a desigualdade um processo que pode ser “transmitido” para as próximas gerações.

Nos próximos itens apresentamos um breve histórico da microrregião estudada, algumas características das famílias entrevistadas e a metodologia do estudo, seguido das variáveis estruturais que denotam as desigualdades entre as famílias, bem como as relações possíveis entre essas variáveis e o aumento das desigualdades; por último, tecemos os comentários finais, tentando um diálogo com alguns dos autores utilizados para a elaboração desse texto.

A microrregião de São Félix do Xingu e os procedimentos metodológicos da pesquisa

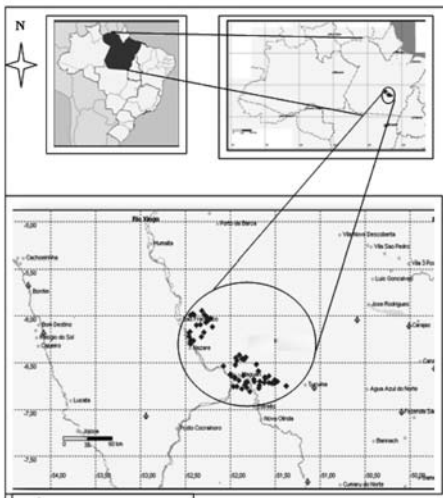


Figura 1: Localização da Microrregião de São Félix do Xingu (Estado do Pará, Brasil) e dos estabelecimento dos informantes. Fonte: Claudino (2011).

A pesquisa empírica foi realizada nos municípios de São Felix do Xingu e Tucumã, Sul do Pará – Brasil⁴, área localizada ao longo dos pontos cartográficos 5,5° e 7° de latitude Sul, e 50° e 52,5° longitude Oeste (Figura 1). Trata-se de uma microrregião de fronteira agrícola “aberta” depois dos anos 1970, onde as condições logísticas e de acesso a determinados produtos e serviços são ainda muito limitadas. Em termos de ocupação dos espaços predominam pastagens cultivadas em áreas onde as florestas (do tipo Equatorial ombrófila) foram removidas, sendo uma das regiões onde há o maior rebanho bovino do país (Claudino, 2011). Claudino *et al.* (2013), utilizando diversos estudos, informam que até foi a partir de 1850 que a região passou a ser alvo de processos mais intensos de colonização, motivados principalmente pela busca de látex para a fabricação de borracha, além de

peles de animais selvagens e alguns tipos de amêndoas.

No início dos anos 1970, com a expectativa da construção de uma rodovia estadual (PA-279), muitas famílias se deslocaram para essa microrregião, vindos especialmente de barco ou mesmo caminhando durante muitos dias, com a intenção de desmatar uma área e reivindicar a posse da terra antes da abertura da estrada (Castro; Monteiro; Castro, 2004; Schmink; Wood, 2012⁵). Para Os Migrantes pobres, a jornada até São Félix do Xingu era feita sob muitas dificuldades. Muitas vezes fugindo de situações de fome ou expulsão das terras por grandes latifundiários de outros locais –sobretudo nas cidades de Redenção, Xinguara e Rio Maria–, esses migrantes chegavam com a expectativa de conquistar terra para agricultura ou mesmo trabalhar nas grandes fazendas. Aqueles que possuíam melhores condições, às vezes por terem vendido outras terras nas regiões de origem, conseguiram chegar e logo adquirir alguma terra na microrregião.

Para todos, a chegada à essa parte do Xingu representava uma esperança, uma possibilidade para mudar de vida e a oportunidade de ascender socialmente. Essa perspectiva fez com que muitos enfrentassem as adversidades. No entanto, não estavam sozinhos, muitos outros atores sociais se dirigiam para a região, com outras dinâmicas bem distintas daquelas adotadas pelos migrantes com menos posses. Convém lembrar que a instalação de agricultores familiares definitivamente não era uma das prioridades políticas para aquele local, conforme evidenciado por Schmink e Wood (2012):

A despeito da aparente abundância, a terra disponível próximo à cidade de São Félix era bastante limitada para os pequenos agricultores. Embora vastas áreas permanecessem desocupadas, muito das terras do município já tinham sido apossadas antes dos migrantes chegarem. São Félix era um lugar onde o usual ciclo da fronteira tinha sido “fechado” pelas ações dos órgãos governamentais e pelas investidas das empresas de mineração, grileiros e grandes fazendeiros, para se apropriarem de imensas extensões de terra (Schmink, Wood, 2012: 390).

Nessa microrregião predominou a colonização espontânea, que é aquela em que a intervenção do estado não acontece de forma ativa e direta – pelo menos não para instalação de agricultores familiares – ou seja, os principais investimentos advêm da iniciativa privada, dando origem a uma região de estruturas fundiárias bastante distintas, e com muitos conflitos violentos pela posse de terra (Hébette, Marin, 2004; Schmink, Wood, 2012). Distintamente das grandes empresas, os diversos tipos de agricultores familiares e pequenos posseiros não recebiam apoio do governo para se instalarem no lote e começarem a produzir. A ausência de infraestruturas para deslocamento, assistência técnica e crédito, educação e saúde, implicava que aqueles que se aventuravam enfrentassem muitas dificuldades para sobreviver no local, conforme relatado por inúmeros informantes.

Além desses processos mais “micro”, cabe destacar as dimensões “macro” políticas e econômicas relacionadas aos processos de ocupação e transformação da região relatadas por Claudino *et al.* (2013). Esse estudo, comparando as transformações em territórios de produção agropecuária no Brasil e no Uruguai, aponta que após os anos 1970 ocorreu a chegada de novos atores, provocando mudanças nos sistemas de produção e na paisagem decorrentes das formas de uso do solo. Para o caso de São Félix do Xingu, a busca e valorização das terras e as garantias e os incentivos fiscais dos governos tornaram essa região um porto seguro para investimento de capitais, intensificando-se também as tecnologias de exploração do meio. Para a pecuária bovina, a mecanização, a fertilização e os manejos genéticos, aplicados às pastagens e aos animais, causaram forte elevação na produtividade e produção das terras dos grandes investidores, resultando em processos de diferenciação entre os produtores, com consequente prejuízos para aqueles que não possuíam meios de investir nessas tecnologias, intensificando as dinâmicas de concentração de terras.

A pesquisa de campo teve início no mês de agosto de 2008 e foi até dezembro desse mesmo ano. Primeiro uma equipe de pesquisadores permaneceu no local durante oito dias, realizando levantamento exploratório, incluindo conversas com informantes-chave (técnicos que atuam no local, representantes políticos e religiosos locais, entre outros) e agricultores locais. No mês de setembro, o primeiro autor desse

texto, mudou-se para a microrregião (pois habitava na cidade de Marabá, a cerca de 500 km), onde residiu durante cerca de 4 meses em diferentes localidades. Nesse período, foram entrevistadas 47 famílias, diretamente em seus estabelecimentos de produção, escolhidas ao acaso em campo, tendo como um dos critérios a criação de bovinos⁶. A permanência no local foi muito importante para essa pesquisa pois revelou elementos que não apareciam nas entrevistas, que se tornaram mais evidentes ao longo das conversas e observações realizadas durante o trabalho de campo, permitindo algumas considerações sobre as desigualdades entre os atores locais e como elas aumentam.

Utilizamos um roteiro de entrevista, com perguntas abertas e fechadas, que fomentou a construção de uma base de dados com informações qualitativas e quantitativas. Por esse motivo, para análise e apresentação dos resultados utilizamos tanto informações quantitativas provenientes dos roteiros de entrevistas (como estatística descritiva e um Teste de Correlação de Pearson⁷), quanto informações qualitativas das entrevistas e da observação, num esforço de promover a complementaridade das diferentes metodologias para compreender as situações percebidas em campo. Para a seleção de algumas variáveis e da forma de organização dos resultados valemo-nos, em grande medida, da perspectiva multidimensional elaborada no trabalho de Silva, Assis e Gehlen (2013).

Desiguais desde a “chegada”: características das famílias e dos sistemas de produção

As famílias entrevistadas são compostas principalmente por indivíduos oriundos de outros estados do país. Das 47 famílias, apenas 2 (4,3%) possuem os dirigentes⁸ que nasceram no estado do Pará; os demais nasceram nos estados de Goiás, Tocantins⁹ e Minas Gerais, que juntos correspondem a 76,4% do total, seguido de Bahia (8,6%), e outros estados (8,5%). Interessante notar que esses principais estados de origem, juntamente com a Bahia, são reconhecidos pela forte tradição na atividade pecuária, o que ajuda a compreender, em partes, o interesse predominante das famílias na atividade.

Todas as famílias chegaram ao estado do Pará exclusivamente após os anos 1970 –coincidindo com as perspectivas de abertura da estrada, com os garimpos descobertos e com a corrida pela apropriação das terras–, destacando-se a década de 1980, quando mais da metade chegou ao estado. Desagregando os municípios no interior do Pará onde as famílias primeiro se instalaram ao chegar, evidenciamos que 45% foram diretamente para a microrregião de São Félix do Xingu, enquanto mais da metade (55%) permaneceram nas cidades de Marabá, Xinguara e Redenção por algum tempo antes de se deslocarem para São Félix do Xingu. Entre os que foram diretamente para a microrregião de São Félix do Xingu, destacam-se as famílias que chegaram ao Pará a partir de 1990, momento em que as demais regiões do estado já estavam mais consolidadas em termos de ocupação/apropriação dos espaços.

Este tipo de migração no interior do estado se constituiu numa das mais importantes estratégias de reprodução e ascensão social e econômica desenvolvida por muitos desses atores sociais. A cada localidade que passavam, quando tinham a oportunidade de adquirir terras, valorizavam pelo desmatamento, seguido da utili-

zação para implantação de roças e pastagens, e da posterior comercialização após a inflação do preço da terra. Assim ocorria boa parte da valorização do capital fundiário. A venda dessas terras nos locais mais próximos aos centros de expansão urbana, que alcançavam valores mais elevados, garantia a compra de uma terra maior em uma localidade mais distante dos núcleos urbanos. A valorização da terra ocorria principalmente em função da sua localização, já que quanto mais próximo aos núcleos urbanos, mais elevado o preço; das características físicas do solo e recursos hídricos; e, da proporção de pastagens formadas, pois a terra formada com pasto custava três vezes ou mais que a terra com floresta (Hurtenne, 1999).

Nesse sentido, convém destacar que as diferenças naturais (de solo, recursos hídricos, topografia, etc.) e geográficas se constituem fortes elementos de valorização dos terrenos, e conseqüentemente, geradores de desigualdades. Além disso, como as áreas recém-ocupadas estavam situadas nos locais mais isolados e distantes dos centros, a perspectiva da passagem de uma estrada ou a formação de um núcleo maior de povoamento eram elementos subjetivos considerados nos cálculos utilizados no processo de valorização dos terrenos. Foi frequente os informantes falarem que tiveram “sorte” por adquirir uma terra que foi valorizada muito tempo depois, devido esses elementos de infraestrutura e povoamentos; mas informam também que tiveram que esperar e resistir isolados, passando por situações de privações por muito tempo.

A idade dos dirigentes das famílias varia bastante, indo desde aqueles com 20 anos até os com mais de 80 anos de vida, com uma média de 51,8 anos, havendo concentração nos estratos medianos (30 a 65 anos, equivalente a 75% do total). As relações entre a idade e o aumento das desigualdades sociais são significativas, especialmente quando consideramos as questões relativas à saúde e ao vigor para o trabalho, exclusão e processos de dominação no ambiente familiar ou fora desses¹⁰, ou, em outros casos, a partir das possibilidades de ampliar o leque de possibilidades caso haja benefícios previdenciários (trataremos em outro tópico da questão da aposentadoria como forma de renda).

Gontarski e Rasia (2012) demonstram que se pode falar em pluralidade dos sentidos de velhice, sendo que o trabalho e a aposentadoria são fundamentais na construção de novos significados para os velhos, o primeiro por “manter o corpo na história” e o segundo pela possibilidade de um novo projeto de vida. Outras pesquisas demonstram que no Brasil existem fortes relações entre renda, piores condições de saúde e acesso aos serviços entre os idosos, especialmente no meio rural (Lima-Costa et al., 2003). Por outro lado, Guimarães (2012) demonstra que diversas mudanças estão acontecendo no mercado de trabalho para os idosos, constatando a abertura de novos espaços direcionados para essa população, que ocorrem especialmente nos maiores centros urbanos.

Em nossa pesquisa, algumas famílias com dirigentes idosos tendem a reduzir a atividade produtiva, mas não cessam de exercer atividades consideradas por eles mesmos e pelo grupo como trabalho. A maior parte dos informantes mais velhos afirmou que não têm mais forças para “colocar roça”. Entre esses, a criação de gado (principalmente de corte) constitui-se numa atividade menos “*labutosa*”, sendo também uma forma de poupança ou “segurança” que pode ser mobilizada em casos de doenças, devido à alta liquidez do gado no mercado local. Assim, enquanto a permanência no mercado de trabalho formal é regida pela Legislação Trabalhista específica, para

esses atores sociais, são principalmente as limitações e capacidades físicas que determinam as dinâmicas da divisão social e longevidade do trabalho. O acesso à aposentadoria constitui-se, em geral, em um elemento que possibilita investimentos no próprio sistema de produção e não em uma ruptura para o “não-trabalho”.

Condições para ‘transitar’: estradas e meios de transporte

As possibilidades de acesso aos sistemas de transporte e as condições desses estão diretamente relacionadas com a segregação socioespacial, aumentando as desigualdades em função das diferentes possibilidades de mobilidade, especialmente no meio rural (Pegoretti, Sanches, 2004). Como a maioria das atividades econômicas e acesso aos serviços dependem dos sistemas de transporte, esses devem cumprir importante papel na qualidade da existência, influenciando o estilo de vida e o comportamento das pessoas, constituindo-se em elementos essenciais nos processos de diferenciações e desigualdades sociais (Balassiano; Chiquetto, Esteves, 1993).

Identificamos diferenças significativas quanto às possibilidades de acesso advindas das condições das estradas e das distâncias entre os locais de residência das famílias e os serviços básicos de saúde e educação. Os casos mais graves são de 3 famílias (6,3%) que ficam totalmente isoladas do acesso por estradas durante o período de chuvas (entre os meses de dezembro e março). Convém ressaltar que toda a microrregião ainda está em processo de abertura de estradas, e as principais vias de acesso são estradas de chão sem asfaltamento, mesmo nas proximidades dos núcleos populacionais. Ou seja, mesmo aqueles casos onde o acesso por estrada é possível, as condições são ruins no período das chuvas.

De um modo geral, predominam situações em que, da residência das famílias até a escola de ensino fundamental, ao posto de saúde (pelo menos uma unidade básica com serviço de enfermagem de emergência), e à vila mais próxima, as distâncias são de até 15 km sem asfalto. As distâncias até as cidades é que são maiores. Quase metade dessas famílias (44,7%) reside a mais de 50 km das cidades, e apenas 6,0% moram a menos de 10 km. Essas distâncias dificultam o acesso aos serviços básicos como educação formal para os filhos, participação em mercados nos núcleos populacionais e saúde, sendo que esse último é considerado mais grave entre as famílias que possuem idosos e crianças devido à constante incerteza quanto às doenças ou acidentes. Em relação ao acesso aos mercados, para muitos autores, as dificuldades logísticas favoreceram a expansão da criação de gado bovino, pois os mesmos podiam se deslocar até o mercado “a pé”, diferentemente dos demais produtos agrícolas (Veiga et al., 2004).

Além das distâncias e condições das estradas, é importante considerar as possibilidades efetivas de chegar até o local onde esses serviços são disponibilizados. Os meios de transporte, para pessoas e mercadorias, são o provimento necessário para isso. Entre as famílias entrevistadas, o acesso aos meios de transporte ainda é bastante restrito, tanto ao transporte coletivo (público ou privado, carro de linha¹¹ e carro de leite), como aos transportes particulares (carro e moto). Evidenciamos que poucas famílias têm à disposição um carro de linha (27,3%) ou carro particular (12,7%), predominando a posse de motocicletas (63,8%). No caso das motocicletas, além de ter o preço mais acessível, e de ser muito valorizada especialmente pelos jovens, em al-

gumas estradas durante o período de chuvas só é possível se deslocar em motocicleta ou a cavalo, e, por isso, todos os que possuem carro também têm motocicletas e cavalos. No entanto, esses meios de locomoção/transporte restringem as possibilidades de transportar um maior número de passageiros ou de mercadorias. Além desses, o “carro do leite” é o meio de transporte de mercadorias e insumos que mais famílias têm acesso (61,7%), sendo também muito utilizado para o deslocamento das pessoas.

Poder se deslocar com relativa facilidade também é muito importante para os mais jovens, pois é condição indispensável para exercício de sociabilidades como passear, namorar ou praticar outras atividades coletivas realizadas nos núcleos de povoamento. As possibilidades de ir e vir foram indicadas como elementos que estimulam o interesse dos jovens em permanecer na propriedade e no trabalho agrícola, já que tornam possível realizar experiências em espaços de significação diferentes, o do campo e da cidade, contribuindo para o rompimento do estigma de que o meio rural significa isolamento.

Em síntese, as possibilidades de deslocamentos até o local onde são oferecidos diversos serviços se configuram em fortes restrições para uns e em grandes possibilidades para outros. Aqueles que possuem melhores condições de acesso, por estarem mais próximos ou com melhores estradas, e também possuírem meios de transporte que os permitam chegar até os centros populacionais, têm as maiores perspectivas de acessar as prerrogativas disponibilizadas. Por outro lado, os mais segregados sofrem com as restrições de possibilidades de acesso aos mercados e serviços, além de se sentirem isolados das possibilidades de sociabilidades. Essa situação é mais agravante para aqueles que possuem crianças ou idosos na família, que relatam a constante situação de insegurança, levando muitos a pensarem em deixar o lote e se mudarem para locais mais próximo das vilas maiores.

Posse de terra e gado: a base das desigualdades

A posse ou a possibilidade de utilizar a terra para produzir se constitui em um dos principais elementos geradores de desigualdades no meio rural brasileiro, pois se trata da base material imediata de reprodução das atividades produtivas. Silva, Assis e Gehlen (2013), em estudo realizado em Assentamentos de Reforma Agrária no sudeste do Pará, destacam que a geração de rendas e a ampliação das chances de vida das famílias estão relacionadas, embora não apenas, à garantia do direito de acesso e uso da terra. Araújo (1997), discorrendo sobre o acesso à terra e a legislação brasileira, indica que, embora no Estado democrático o acesso à terra constitui-se um direito, nem sempre materializa-se na realidade, gerando desigualdades em função dos indivíduos partirem de pontos diferentes em relação às possibilidades de efetivamente acessar a terra.

A legislação brasileira considera como propriedade familiar aqueles estabelecimentos com área variando entre 1 e 4 módulos fiscais, sendo que o tamanho dos módulos fiscais é distinto para cada região. Na área em estudos, 1 módulo fiscal equivale a 75 ha (hectares), um dos maiores do Brasil. Áreas menores que 1 módulo fiscal são consideradas minifúndio, e entre 4 e 15 módulos são propriedades médias (Incrá, 2013).

Entre as famílias entrevistadas, embora todos tenham terra (na condição de proprietários ou posseiros, mesmo sem documentação oficial), o tamanho dos estabe-

lecimentos variou bastante, indo desde as famílias com apenas 24 ha até aquelas com 358 ha. Entre os informantes, 31,9% possuem minifúndios (áreas menores que 75 ha), enquanto a maioria (42,6%) possui até dois módulos fiscais (áreas entre 75 e 150 ha). Outros 17% possuem entre 2 e 3 módulos, e apenas 8,6% possuem 4 módulos fiscais ou mais¹².

Devido as exigências espaciais concernentes à produção de bovinos nas condições locais, essa situação de minifúndios é mais agravante quando comparada àqueles que desenvolvem a agricultura diversificada. Uma vontade recorrente relatada pelos informantes é comprar mais terra a fim de suprir as necessidades imediatas dos animais em termos de consumo de pastagens, possibilitando aumentar o rebanho, promover ascensão social, bem como assegurar a reprodução social dos herdeiros. No entanto, apenas 12,7% conseguiram aumentar o tamanho da terra desde que se estabeleceram nos terrenos atuais (em torno de 20-30 ha adicionados), especialmente aqueles que chegaram após os anos 1990. Por outro lado, 12,8% reduziram a área total dos estabelecimentos desde que adquiriram esse atual (de 40 a 280 ha), nesse caso, foram especialmente aqueles que chegaram antes dos anos 1990 na localidade. Em 72% destes casos, o motivo da redução do estabelecimento foi a divisão por herança; outros 28% venderam para investirem em melhorias, como reformas e cercas.

As terras foram adquiridas principalmente pela compra com recursos privados. Do total de famílias, 70% compraram, 17% ocuparam terras “sem dono”, e apenas 4,3% receberam a terra por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Assim, quem conseguiu terra foi quem possuía mecanismos privados para investir, geralmente dinheiro ou uma outra terra para efetuar trocas. Esse baixo percentual de famílias assistidas pelo INCRA é representativo da situação mais geral, na qual o Estado não tem assegurado o cumprimento da prerrogativa de acesso à terra para a maioria das famílias. Nesse estudo, ficou evidente que as possibilidades de investimento em compra de terras na região foram e são bastante promissoras devido ao baixo preço comparado a outras regiões. No entanto, apenas quem possui capital acumulado consegue adquirir ou expandir seus estabelecimentos pela compra da terra, especialmente as terras que são vendidas pelos mais pobres, que se deslocam mais para “dentro” da fronteira ou, mais recentemente, para as periferias urbanas locais¹³.

Considerando-se a predominância da pecuária bovina a pasto como principal atividade desenvolvida, é importante ter em mente a forte dependência da disponibilidade de pastagens de qualidade para a alimentação dos animais para a viabilidade da atividade. Na área estudada, identificamos que um dos principais limitantes à viabilidade da atividade é a degradação das pastagens, tornando os sistemas de produção dos pecuaristas familiares menos capitalizados muito vulneráveis. Alguns chegam a vender parte da terra para conseguir reconstituir a produtividade das pastagens por meio de reformas, outros vendem parte ou todo o rebanho para juntar o capital suficiente para a reforma (Claudino, 2011).

Em relação aos rebanhos, mais da metade das famílias (60%) não trouxe gado ou não conseguiu iniciar a criação animal logo em seguida à aquisição dos estabelecimentos. Ou não possuíam capital suficiente para comprar animais por terem investido tudo na compra da terra, ou, como algumas áreas foram adquiridas completamente cobertas de floresta era necessário formar pastos antes de adquirir os animais. Por outro lado, 40% das famílias ao chegar já trouxe em média 50 animais para o estabelecimento, indicando um poder aquisitivo que lhes permitia essa acumulação.

No momento da pesquisa, o efetivo dos rebanhos também se mostrou bastante diverso, indo desde famílias sem nenhum animal até aquelas com 480 cabeças, sendo que a maioria possui até 200 cabeças de gado bovino. Quase metade das famílias (48,9%) possui menos de 100 animais, outras 40,4% possuem entre 100 e 200 cabeças, e apenas 10,6% possuem mais de 200 cabeças. Realizamos um Teste de Correlação de Pearson para comparar se aqueles que possuem as maiores terras são também aqueles que já chegaram com algumas cabeças de gado, e identificamos um coeficiente de correlação com valor quase perfeito (0,99), indicando que aqueles que já chegaram com alguma cabeça de gado são também os que possuem hoje as maiores áreas.

As desigualdades tratadas nessa parte do artigo são as mais evidentes, pois tratam-se de variáveis materiais, que são inclusive computadas pelo Estado aparecendo de forma mais clara nas estatísticas oficiais do governo. Elas estão na base das desigualdades nessa região em estudo, quer dizer, a posse de terra e de gado. No caso das famílias em fase de expansão de suas bases produtivas, em parte operada pelas sucessivas migrações e pela compra e venda de terras, animais, benfeitorias, etc., o que esse estudo indica é que as diferenças tendem a crescer, levando à formação de um pequeno grupo em ascendência, em detrimento da maioria. Aqueles localizados nos estratos superiores desse grupo são os que já compraram as maiores terras logo na chegada, ou seja, já possuíam mais capital, conseguindo posteriormente anexar terras vizinhas ou em outras localidades. Quer dizer, os mais capitalizados de hoje, já eram, em geral, aqueles que possuíam mais provimentos quando chegaram à região.

Desigualdades nas formas e possibilidades de acesso à renda

A geração de renda entre as famílias entrevistadas geralmente é feita por meio de mais de uma fonte, sejam produtivas, a partir de diferentes atividades agropecuárias ou da prestação de serviços e trabalhos temporários/permanentes, ou baseada em Programas do Governo, como o crédito agrícola ou as transferências via aposentadorias. Em todos os casos, as possibilidades de ampliar as fontes de renda dependem de diversos fatores, tanto materiais quanto imateriais.

Entre as atividades produtivas, a pecuária bovina de dupla finalidade (leite e corte) é a que predomina entre as famílias. No geral, 87% das famílias comercializam leite, seja *in natura* ou processado como queijo artesanal, quando as condições logísticas e mercado permitem. A renda do leite assegura a maior parte das despesas domésticas, possibilitando a permanência na atividade pecuária, uma vez que a atividade de corte (principalmente a venda de bezeros) tem renda muito concentrada. Porém, a expansão da produção leiteira é muito dependente de condições de estradas e de meios de transporte mais eficientes, restringindo a possibilidade de muitos diversificarem a renda com esse produto. Nem todos os sistemas familiares produzem ou utilizam o leite como complemento da renda monetária, mas todos, mesmo os mais voltados para a produção leiteira vendem bezeros e vacas de descarte. Não há nenhum sistema exclusivamente para a produção de leite, porém há aqueles onde a exploração é apenas de corte (13%), às vezes por não ter como comercializar o leite, ou por considerarem o retorno econômico muito baixo.

Entre as atividades agrícolas, o destaque é para a produção de cacau (*Theobroma*

cacau), iniciados especialmente após os anos 2000 por 29% das famílias. Já as roças de cultivos anuais (arroz, milho, mandioca) são produzidas por apenas 6% das famílias. As famílias justificam que o trabalho na roça é muito penoso, compensando muito mais criar gado e comprar os cereais no comércio local. Diversos fatores contribuem para a predominância da pecuária bovina, incluindo aqueles relacionados à posse e demarcação da terra, à liquidez do gado no mercado, à falta de infraestruturas de armazenamento e escoamento de produtos agrícolas, à possibilidade do gado se constituir uma poupança, entre outros, que levaram muitos autores a justificar a expansão da pecuária devido sua multifuncionalidade (Veiga et al., 2004).

Entre as outras fontes de renda, constatamos que o crédito agrícola e as aposentadorias são relevantes, e que também, se constituem elementos relacionados às desigualdades. A distribuição de ambos é legalmente desigual, pois são destinados a atender indivíduos que possuem características distintas, seja estratificação socioeconômica, faixa etária ou nos casos em que há portadores de necessidades especiais, apresentando condição de inadequação para o trabalho convencional.

O crédito agrícola foi utilizado por 59,6% das 47 famílias entrevistadas, sendo que 20% dessas já o acessaram mais de uma vez. Por outro lado, o restante (40,4%) não obteve nenhum tipo de financiamento. Em alguns casos, limitações burocráticas (especialmente documentação necessária) impediram as famílias de acessar o crédito agrícola, em outros, as famílias são avessas ao risco de contrair dívidas junto ao banco, limitando-se a realizar investimentos privados. Entre os que acessaram o crédito, o recurso foi utilizado principalmente para comprar mais gado bovino, especialmente no início dos anos 2000.

Já as aposentadorias ou previdências públicas por alguma limitação, objetivam corrigir as desigualdades geradas por aspectos biológicos, como idade ou limitações congênitas, etc., onde o dinheiro recebido deve suprir as necessidades básicas à sobrevivência dos indivíduos. Entre os entrevistados, 25,5% das famílias recebem aposentadoria por idade¹⁴, se constituindo a principal fonte de renda para 45% dessas famílias que recebem. Em geral, essas famílias estão em processo de sucessão ou já são os filhos que tomam a maior parte das decisões no estabelecimento. Segundo os informantes, a utilização do dinheiro nunca é apenas individual, mas sempre atende primeiro às necessidades individuais específicas (como remédios, assistência médica, alimentação especial, etc.), e uma outra parte é também utilizada para satisfazer necessidades domésticas mais gerais, e, em alguns casos, ainda serve para a realização de investimentos em atividades produtivas (como compra de sementes e outros insumos). Especialmente para aqueles onde as aposentadorias são a renda monetária mais importante, o momento a partir do recebimento dessa (p.e., ao completar a idade legal) significou uma ampliação nas possibilidades de acesso às chances de vida do grupo.

Considerações finais

A perspectiva multidimensional de fatores materiais e simbólicos que geram e aumentam as desigualdades entre as famílias na região estudada, juntamente com a abordagem multidisciplinar adotada, permitiram evidenciar que os provimentos anteriores das famílias e alguns que estão em construção, tornam as possibilidades e restrições de acessos às prerrogativas em elementos que potencializam as desigual-

dades. Essa situação demonstra que predominam as desigualdades de oportunidades, fomentando consequências perversas para aqueles situados nos estratos inferiores. Foi possível identificar que o acesso a determinadas prerrogativas Constitucionais (como saúde, educação, deslocamento, etc.) requer um conjunto de provimentos que nem sempre estão disponíveis à todas as famílias, ampliando as desigualdades pré-existentes, geralmente associadas aos recursos materiais e imateriais passados, que se fortalecem e ampliam o fosso entre as possibilidades de acesso aos serviços, que são fortemente centralizados, agindo de forma que as famílias privilegiadas se distanciem na escala social cada vez mais das demais.

Coloca-se em evidência também, nessa pesquisa, o peso dos aspectos e decisões políticas como fatores que determinam significativamente a ampliação ou redução das “chances de vida” no meio rural. No entanto, reconhecemos que as famílias não são passivas aos processos de mobilidade social, ativamente se apropriam de elementos importantes e traçam suas estratégias de reprodução social, como a venda de terra e migração, investimento em gado, diversificação com cultivos anuais de alto rendimento econômico, ou mesmo estabelecendo fortes relações entre si, se unindo, construindo alternativas coletivas. Conforme lembrou Reygadas (2004), apesar das fronteiras que existem, separando os grupos e restringindo os acessos, as pessoas estão constantemente transgredindo, desafiando e construindo novos significados para as próprias barreiras; uma outra questão é conhecer a permeabilidade, a porosidade e os fluxos que podem ocorrer por essas barreiras.

Enfim, os diversos processos sociais em decurso e a dinamicidade em que esses ocorrem em uma região de fronteira agrícola recente, como a de São Félix do Xingu, são estimulantes para desenvolvimento de estudos multidisciplinares sobre as desigualdades sociais. Destacamos que esses resultados reforçam outros estudos, como os de Silva, Assis e Gehlen (2013), ao demonstrarem que a compreensão e a redução das desigualdades não podem ser alcançadas apenas com ampliação das rendas, ou quaisquer elementos estruturais ou legais isolados. Além da consideração dos fatores em si, é importante atentar para as outras dimensões que envolvem as relações entre os indivíduos e as redes que se formam, especialmente quando pretendemos ações e intervenções voltadas para o Desenvolvimento Rural.

**Livio Sergio Dias Claudino*, Doutorando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). Engenheiro agrônomo e Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (Brasil). E-mail: livioclaudino@hotmail.com.

René Pocard-Chapuis, Geógrafo, Dr. Pesquisador du Centre de Cooperation International en Recherche Agronomique pour le Développement – CIRAD, convênio Embrapa/Cirad. E-mail: renepocard@gmail.com.

Laura Angélica Ferreira Darnet, Zootecnista, Dra em Développement Rural et Système d’Élevage. Docente-pesquisadora do PPG em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará (Brasil). E-mail: laurange@ufpa.br.

Ivaldo Gehlen, Sociólogo, Doutorado em Paris X (Nanterre). Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil (nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia; e Desenvolvimento Rural). E-mail: ivaldo@ufrgs.br.

Notas

¹ Agradeço às valiosas contribuições da pesquisadora Danielle Wagner Silva (UFRGS), realizadas pessoalmente e por meio de trabalho publicado em 2013, a quem devemos boa parte das ideias.

² Destacamos que, tanto Dahrendorf quanto Sen utilizam o termo “escolha” para definir o que o agente/sujeito “escolheu” entre as possibilidades. No entanto, somos mais reticentes com o uso dessa terminologia, pois talvez seja necessário relativizar a liberdade individual, embora possa existir, em relação às estruturas que ampliam ou restringem os provimentos e prerrogativas, além das outras influências que pressionam a formação das preferências, que talvez o termo escolhas possa encobrir.

³ “Las interacciones dentro de los campos sociales inciden sobre la desigualdad. Las capacidades individuales se entrelazan con las reglas, los dispositivos de poder, los procesos culturales y todos los demás entramados institucionales que organizan esos espacios” (tradução livre).

⁴ Esta pesquisa foi financiada pelo Programa de Capacitação Institucional/Museu Paraense Emílio Goeldi/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PCI – MPEG/ CNPq), no âmbito da Rede de Pesquisas GEOMA, por intermédio do projeto financiado pelo MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia – “Caracterização das estratégias de manejo e mapeamento das pastagens na região de São Félix do Xingu”.

⁵ Edição Schimnk, M. y Wood, C. (1992). *Contested frontiers em Amazônia*. New York: Oxford.

⁶ Destacamos que, embora esse tenha sido um critério de seleção, evidenciamos em campo que praticamente todas as famílias desenvolvem a criação de gado bovino, em menor ou maior grau. Não houve a necessidade de selecionar em função desse critério. Esperamos que isso não cause invisibilidade em outros grupos que desenvolvem outras atividades que não incluem a criação de bovinos.

⁷ Foi realizado na função Correlação disponível no Excel 2013. O valor obtido não serve para explicar as causas de um fenômeno, não sendo possível afirmar que X causa Y ou o contrário, mas podemos dizer que eles simplesmente estão relacionados ou associados. Os resultados do teste são apresentados em um intervalo entre -1 e $+1$, indicando a intensidade e a direção da relação encontrada, sendo que quanto mais próximo de um desses extremos, mais forte é a relação.

⁸ Utilizamos o termo dirigentes para designar o adulto responsável pela maior parte das decisões da família e em geral se configura também o(a) provedor(a) principal, embora possa haver maior ou menor assimetria nesses processos de tomada de decisões ou de provisão das necessidades da família. Ressalta-se que na área estudada mais de 90% famílias são “dirigidas” por homens.

⁹ O estado do Tocantins fez parte até os anos 1980 do estado de Goiás.

¹⁰ Constatamos o assédio para vender a terra enfrentado pelas famílias onde os dirigentes são idosos e não há sucessor definido. Algumas famílias nessa situação relataram se sentir pressionadas para abandonar o lote, pois alguns vizinhos vivem oferecendo ‘ajuda’ pensando em adquirir a terra posteriormente, gerando forte ansiedade.

¹¹ Refere-se a quaisquer automóveis destinados ao transporte de passageiros e mercadorias de pequeno porte. Pode ser público (como ônibus escolar) ou privado, como pickups ou vans.

¹² Nessa mesma pesquisa, identificamos estabelecimentos contínuos de cerca de 3000 ha pertencentes à apenas uma família, sem contar as outras terras em diferentes locais. Essas não foram incluídas nesse trabalho. Para uma análise mais completa da diversidade de condições socioeconômicas e da variação dessas condições entre os pecuaristas de São Félix do Xingu, consultar: Claudino (2011) e Claudino; Darnet; Pocard-Chapuis (2014).

¹³ Esses dados precisam ser mais aprofundados, pois partem de conversas com moradores e observação, sendo que pode-se evidenciar um aumento populacional significativo nos últimos anos, visto que a população em 2010 era de 91.340 a estimativa em

2013 foi de 101.940 (IBGE, 2014), cabendo analisar melhor as dinâmicas recentes desses fluxos.

¹⁴ Benefício mensal concedido para trabalhadores rurais (homens a partir de 60 e mulheres a partir de 55 anos de idade).

Bibliografia

Araújo, L. E. B. (1997) *O acesso à terra no estado democrático de direito*. Tese (Doutorado em Direito), UFSC. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/14068-14069-1-PB.pdf>> (acesso em 08 ago. 2012).

Balassiano, R., Chiquetto, S. L. & Esteves, R. (1993) “Transporte e qualidade de vida”. *Transportes*, Rio de Janeiro, RJ, vol. 1, num. 1, mai. Disponível em: <<http://revista-transportes.org.br/anpet/article/view/341/303>> (acesso em 01 Fev. 2013).

Castro, E. R., Monteiro, R. & Castro, C. P. (2004) *Dinâmica dos atores, uso da terra e desmatamento na rodovia Cuiabá – Santarém*. Belém: NAEA, 61f. (Paper do NAEA, n.179).

Claudino, L. S. D. (2011) *Ocupação dos espaços, gestão e degradação das pastagens entre pecuaristas da microrregião de São Félix do Xingu – PA*. Dissertação (Mestrado em Agricultras Amazônicas), UFPA, Belém, 162f.

Claudino, L. S. D., Ferreira-Darnet, L. A. & Pocard-Chapuis, R. (2014) “A diversidade de condições socioeconômicas dos pecuaristas e a gestão das pastagens no Sul do Pará”. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, vol. 10, num. 3.

Claudino, L. S. D., Gédouin, M. Pocard-Chapuis, R., Ferreira-Darnet, L. A., Waquil, P. & Tourrand, J. F. (2013) “Transformações nos territórios de produção bovina pelo desenvolvimento do setor agropecuário: estudo comparativo entre Brasil e Uruguai”. *Revista IDeAS*, vol. 7, num. 1, p. 8- 42.

Dahrendorf, R. (1992) *O Conflito social moderno um ensaio sobre a política da liberdade*. São Paulo, Editora USP.

Emmi, M. F. (1999) *A oligarquia do Tocantins e domínio dos castanhais*. 2° ed. Belém, UFPA/NAEA.

Gontarski, G. y Rasia, J. M. (2012) “Experiência de envelhecimento: trabalho e aposentadoria”. *Mediações*, Londrina, vol. 17 num. 2, p. 141-156, Jul./Dez.

Guimarães, I. B. (2012) “Os idosos em um contexto de trabalho e de disposições renovadas”. *Mediações*, Londrina, v. 17 n. 2, p. 108-125, Jul./Dez.

Hébette, J., Marin, R. (2004) “Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais: reflexões sobre a colonização em torno da rodovia Belém-Brasília”. In: Hébette, J. (Org.). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Migração, colonização e ilusões do desenvolvimento. Vol.1, Belém, EDUFPA, p.41-74.

Hurtienne, T. (1999) “A Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Sustentável: Problemas Conceituais e Metodológicos no Contexto Histórico da Amazônia”. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, Vol. 30, num. Especial 442-466.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (2014) *Cidades*. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150730&search=para|sao-felix-do-xingu>> (acesso em 11 jul. 2014).

Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária (2013) *Tabela de dimensões do módulo fiscal por município*. Anexo a instrução especial INCRA, num. 20/80, 28 de maio de 1980. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/legislacao/atos-internos/instrucoes/file/122-instrucao>>

-especial-n-03-11042005> (acesso em 15 dez. 2013).

Léna, P. (1988) “Diversidade da Fronteira Agrícola na Amazônia”. In: Aubertin, Catherine (org.). Brasília: UNB, Fronteiras, p. 90-129.

Lima-Costa, M. F., et al. (2003) “Desigualdade social e saúde entre idosos brasileiros: um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios”. *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(3):745-757. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/csp/v19n3/15878.pdf>> (acesso em 9 ago. 2012).

Martins, J. (2009) *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, Editora Contexto.

Pegoretti, M. S., Sanches, S. Da P. (2004) “A problemática da segregação espacial dos residentes na área rural: uma visão através da dimensão acesso e do sistema de transporte”. *Anais do II Encontro da ANPPAS*, Indaiatuba, Brasil. Disponível em: <[\[www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT11/michela.pdf\]\(http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT11/michela.pdf\)> \(acesso em 10 ago. 2012\).](http://</p></div><div data-bbox=)

Reygadas, L. (2004) “Las redes de la desigualdad: un enfoque multidimensional”. *Política y Cultura*, num. 22, p. 7-25.

Schimnk, M. y Wood, C. (2012) *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém, Ed. UFPA.

Sen, A. (2000) *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras.

Silva, D. W., Assis, W. S. & Gehlen, I. (2013) “Assentamentos rurais e chances de vida: o acesso dos agricultores familiares aos recursos de políticas públicas”. *Anais do 51º Encontro da SOBER*, Belém, 21 a 24 de julho. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.3>> (acesso em 11 jul. 2014).

Veiga, J. B., et al. (2004) *Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia*. Pará, Brasil. Brasília, UNB.